

Espinho: a paisagem (des)construída

Hugo Barreira, CITCEM, FLUP – hugodsbarreira@gmail.com

Existem três características que o habitante ou visitante de Espinho associa com facilidade à cidade: a malha urbana regular, a famosa quadrícula; as ruas numeradas; a formação recente do aglomerado. As duas primeiras características constituem mesmo os principais elementos identitários da cidade, marcando indelevelmente aqueles que a habitam, visitam ou dela ouvem falar. A terceira característica, a “ausência de história”, progressivamente menos referida, dado que passou já um século da sua independência concelhia, contribui, com as duas primeiras, para a criação da imagem mental de um aglomerado racionalmente criado e organizado *ex-nihilo*, impondo-se sobre a natureza.

As três características figuram também nos estudos sobre Espinho o que tem contribuído para diversas leituras anacrónicas da malha urbana, baseadas nas suas características atuais e em análises de documentação cartográfica ou fotográfica, carecendo de contextualização apropriada. O investigador é tentado a encarar as transformações do aglomerado como resultando de uma evolução unidirecional, conducente ao resultado atual, amplificando o controlo dos instrumentos de planeamento ou ignorando os intervalos de tempo compreendidos entre eles. Do mesmo modo, também as marcas do habitar anteriores às primeiras plantas regulares são ignoradas ou reduzidas a caracterizações genéricas.

Estimulados pelo III Encontro do CITCEM, subordinado ao estudo da Paisagem, resolvemos ensaiar uma leitura de Espinho como paisagem construída. O estudo sistematizado da documentação de arquivo respeitante às edificações (mormente as privadas), no período compreendido entre 1899 e 1943¹, contribuiu sobremaneira para a constatação das limitações dos estudos existentes², ao permitir uma perceção mais orgânica e menos anacrónica da evolução do aglomerado. Deste modo, resolvemos considerar como foco da análise a perspetiva do observador coevo às transformações documentadas, entendendo-o como o garante da paisagem, aquele que a planeia,

¹ Que constituiu a base da nossa Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa, subordinada ao tema das arquiteturas em Espinho. Este estudo permitiu igualmente perceber que, devido à reestruturação do Arquivo Municipal, muita da documentação não se encontrava disponível para consulta, tendo sido constatadas diversas lacunas, cuja extensão e permanência se encontram ainda por esclarecer. Estas lacunas incidem especialmente sobre as obras públicas, o que condicionou a nossa abordagem.

² O estudo mais completo para o período oitocentista é a Dissertação de Mestrado em Geografia de Carla Marina Castro (CASTRO, 2005), constituindo uma boa base documental.

constrói, percebe ou habita, organizando-a ou criando-a em cada instante. Nesse sentido, procuramos igualmente indagar sobre a prospetividade do projetista coevo, impondo-se assim um estudo diacrónico, baseado na análise comparada de diversas fontes, procurando, sempre que possível, a sua contextualização.

Longe de constituir uma leitura completa ou aprofundada, este artigo pretende ser, antes de mais, um ensaio metodológico e um levantamento de questões que permitam informar uma necessária leitura futura, mais completa e documentada. Como tal, baseamo-nos na documentação já levantada, por outros e por nós, atendendo às limitações existentes no acesso às fontes³, circunscrevendo a nossa análise a alguns momentos-chave, relacionáveis com a documentação, bem como a algumas questões orientadoras que nos permitam a desconstrução da paisagem construída, que constitui o *leitmotif* desta abordagem.

O início da malha urbana em “quadrícula” é marcado pela planta elaborada pelo Engenheiro Bandeira Coelho de Mello em 1870 e aplicada no Plano de Melhoramentos aprovado em 1876 (Imagem 1). Contudo, segundo Marina Castro, existem indícios da existência de uma planta anterior, possivelmente de 1866⁴, que marcaria o início do traçado regular dos arruamentos. Albano Coutinho Júnior, autor da mais antiga descrição da praia que conhecemos, datada de 1869, refere que existiam já «edificações muito regulares, e projectam-se outras luxuosas e cheias de cómodos», substituindo os «casebres hediondos nas formas e falhos de cómodos internos»⁵.

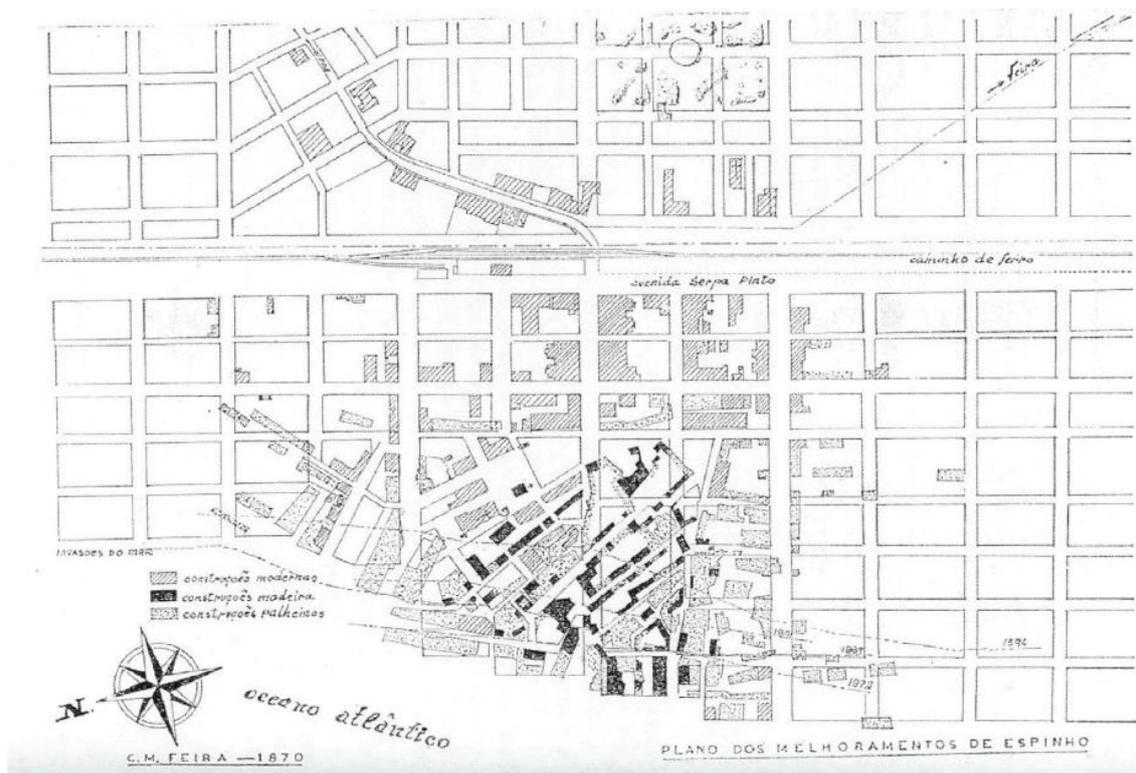
As informações respeitantes ao período anterior a 1870 são escassas e pouco precisas. Os estudos existentes apontam para a formação de uma comunidade piscatória, resultante da deslocação de pescadores oriundos do Furadouro, entre os finais do século XVII e os inícios do século XVIII. A crescente população da beira-mar aproxima-se paulatinamente das populações rurais e estabelecem-se relações de benefício mútuo. Ainda segundo a tradição, terá sido a introdução do processo de salga do pescado, por ação do francês Jean Pierre Mijaule, em 1776, que criou as condições para a consolidação de um aglomerado permanente e do incremento e melhoramento das técnicas de pesca. Desta povoação de pescadores que, ao longo de mais de um século, se

³ Para o período anterior a 1899, a documentação administrativa respeitante a Espinho encontra-se no Arquivo Municipal de Vila da Feira. Após a independência concelhia, a documentação encontra-se no Arquivo Municipal de Espinho, ao qual já aludimos em nota anterior. Mantemos um nível de citação reduzida ao essencial, remetendo o leitor para a bibliografia final.

⁴ Cf. CASTRO, 2005: 67. O Padre André de Lima, primeiro investigador da história de Espinho, de onde era natural, também refere nos seus escritos “Espinho – Breves apontamentos para a sua história” (edições de 1903 e 1927), a existência de uma planta de 1866.

⁵ JÚNIOR, 1983: 85.

desenvolveu na costa de Espinho, sabemos muito pouco, sendo o aglomerado vulgarmente referido como um amontoado de palheiros. Os dados recolhidos pelo Padre Aires de Amorim apontam para a existência, já desde 1749, de alguns comerciantes, que forneceriam os víveres necessários à população. Em 1780 existiriam quarenta e oito casas «de pau ou tabuado»⁶ a sul do Rio Largo, aproximadamente no local da atual Piscina-Solário Atlântico.



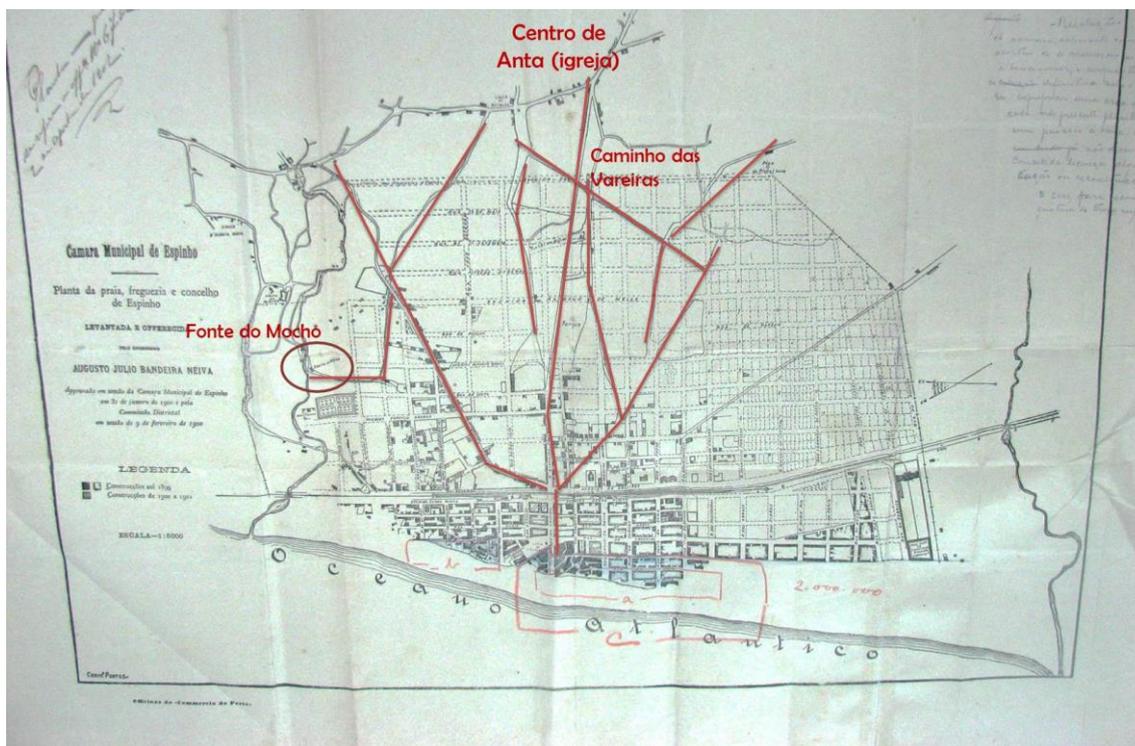
1 – Cópia da planta de 1870. Fonte: CASTRO, 2005.

Em 1807, residiam na praia cento e vinte e cinco casais de pescadores, que teriam que cumprir as suas obrigações religiosas na igreja paroquial de São Martinho de Anta, freguesia do Concelho da Feira, da qual a praia ou costa de Espinho era um lugar. Esta igreja situava-se a mais de dois quilómetros da costa, o que levou à construção de uma pequena capela, dedicada a Nossa Senhora da Guia, por ação de dois irmãos de origem galega, Eugénio e Marçal Nunes⁷. Através do processo de edificação percebemos que Eugénio Nunes possuía diversas propriedades e um poço, denotando-se igualmente que a propriedade pertenceria à família desde tempos recuados. Embora sem grande precisão, indagam-se alguns dados sobre o primitivo aglomerado que possuía o

⁶ AMORIM, 1999: 14.

⁷ O processo encontra-se documentado em BRANDÃO, 1983.

seu centro no largo da capela, ou Praça Velha. Segundo o Padre André de Lima⁸, existia pelo menos um caminho que permitia a comunicação da praia com as estradas e povoações mais próximas. Seguiria pelo leito da atual rua 19, a ponte da linha férrea, até à atual alameda 8, dividindo-se então em três, um dos caminhos virava para norte, seguindo o percurso da atual rua 62; um outro, o central, seguiria para nascente, rumo a Anta e Nogueira da Regedoura; o terceiro, virando para sudeste, conduzia à Vila da Feira. A observação da planta de 1900 permite conhecer, embora com um elevado grau de imprecisão⁹, outros caminhos, comunicantes ou não com os referidos, que permitiam a ligação a diversos pontos da atual cidade (Imagem 2).



2 - Planta de 1900 com algumas das vias de comunicação e lugares assinalados. Fonte do original: AME.

O Padre André de Lima refere ainda uma “estrada das vareiras”, designação que diz ser dos seus tempos de rapaz¹⁰, que deverá ser o “Caminho das Vareiras”, identificado na planta, cortada pelos dois últimos caminhos referidos. Até à construção da via-férrea, em 1863, seria unicamente através de caminhos como estes que a comunicação entre a costa e o interior se assegurava. Sensivelmente a partir da segunda

⁸ Cf. LIMA, 1979b: 26-28.

⁹ A planta de 1900, posterior à independência concelhia, é a primeira que cobre a totalidade da atual cidade de Espinho. Devido ao mau estado de conservação da planta, não nos foi possível consultar o original. Tivemos acesso a uma reprodução coeva, publicada no jornal *A Gazeta de Espinho* e a uma digitalização da planta de 1933, baseada na de 1900, como veremos.

¹⁰ Cf. LIMA, 1979b: 27.

metade da década de 60, começam os trabalhos de construção de novas estradas¹¹, uma das quais segue pelo leito de um dos caminhos, constituindo a atual rua 62. É criada igualmente uma nova estrada que permita a ligação à sede do concelho, a Vila da Feira, que via agora na praia de Espinho uma importante fonte de receita e prestígio. Concluído já na década de 80, a estrada cortava a quadrícula formando uma diagonal que se encontrava com a atual rua 14, vinda de sudeste, no cruzamento da atual rua 29.

Desde a década de 30 que Espinho se transformava progressivamente em praia de banhos, atraindo as famílias nobres e burguesas das regiões vizinhas, constituindo-se como uma praia de banhos “democrática”, utilizando a expressão de Ramalho Ortigão, por oposição às “praias elitistas” como a vizinha Granja¹². Com um número crescente de banhistas vinham novos hábitos, bem como a necessidade de novos serviços, nomeadamente o comércio, e de alojamento. O aglomerado expande-se rapidamente, sendo construídas novas habitações, ainda de madeira, mas mais cómodas e elegantes que os palheiros dos pescadores. De acordo com a tradição, por volta de 1843, o industrial José de Sá Couto, de São Paio de Oleiros, erguia a primeira habitação “de pedra e cal”¹³, situada na Praça Velha. Segundo Pinho Leal, muitas mais se seguiram, “mas sem ordem nem regularidade no seu alinhamento, até que a câmara da Feira providenciou isto, marcando os arruamentos”¹⁴. A pequena povoação da costa de Espinho, ainda integrada na freguesia e paróquia de São Martinho de Anta do Concelho da Vila da Feira, desenvolvia-se a um ritmo que espantava os escritores da época. Por ação dos banhistas, sobretudo não titulares, que viam na expansão do aglomerado uma fonte de receita, era disponibilizado o capital necessário à aquisição de terrenos e à edificação, permitindo que alguns pescadores se tornassem importantes proprietários. A influência de famílias nobres, como a da Graciosa, estimulava também a vinda de outros banhistas importantes. Espinho tornava-se uma praia famosa, que mereceria a atenção de Ramalho Ortigão no seu guia *Praias de Portugal*, de 1876.

Não é fácil precisar como seria este aglomerado fervilhante, impulsionado pelas sinergias da sua dupla comunidade, piscatória e balnear. A planta de 1870 permite-nos visualizar algumas características. A única cópia conhecida deverá ter sido substancialmente alterada, ou “atualizada”, desde 1870, mostrando diversos edifícios

¹¹ O tema é desenvolvido CASTRO, 2005.

¹² Sobre este assunto veja-se: RIBEIRO, 2001.

¹³ Os diversos estudos no âmbito da História Local, como os já referidos do Padre André de Lima, bem como a Monografia de Álvaro Pereira (PEREIRA, 1970), apontam esta data, sem acordarem, todavia, no número de habitações.

¹⁴ LEAL, 1874: 62.

que não existiriam em 1870, tal como a nova igreja, concluída somente em 1883, o Hotel Bragança, que terá sido construído em 1873¹⁵, bem como a capela de Santa Maria Maior, concluída em 1877. A legenda da planta assinala três tipos de construções: modernas, de madeira e palheiros. Estes últimos poderiam ser as primitivas construções dos pescadores, embora a designação fosse ainda utilizada no século XX, sendo requeridas licenças para a construção de palheiros de madeira com “baldrames”, ou bases, de pedra a poente da via-férrea. As construções de madeira, menos numerosas, poderiam ser as primeiras casas dos banhistas, contudo, são ainda requeridas licenças ao longo das primeiras décadas do século para a substituição de “tapamentos de madeira” por “parede de pedra e cal”. As construções modernas, presumivelmente de alvenaria, localizam-se sobretudo a nascente da Praça Velha.

É notória a dualidade do aglomerado, dividido em dois bairros, o “bairro velho”, irregular, orgânico, a poente da Praça Velha, e o “bairro novo”, regular, separado do anterior pela Rua do Cruzeiro, a atual rua 2 ou esplanada. As alusões aos dois bairros, presentes nas descrições de Pinho Leal (1874), Ramalho Ortigão (1876) ou Júlio César Machado (1877), encontram eco numa ata da Câmara da Vila da Feira que, em 1873, apresenta a relação dos nomes das ruas da povoação¹⁶.

Observando a planta, percebemos que estamos perante um aglomerado que se concentra, sobretudo, entre as atuais ruas 9 e 23, cujo limite nascente é a via-férrea, e que apresenta uma considerável extensão para poente, naquilo que é atualmente a praia. Bandeira Coelho, ao projetar a quadrícula, condicionado, ou não, por alinhamentos prévios, circunscreve-a a nascente por aquilo que viria a ser a atual rua 14, localização máxima dos escassos edifícios a nascente da linha. Contudo, denota-se a possibilidade de expansão *ad infinitum* do desenho, o que se clarificará com a planta de 1900.

Aquelas que deverão ser as fotografias mais antigas de Espinho¹⁷ (Imagem 3), seguramente anteriores a 1873 (o Hotel Bragança ainda não se encontrava construído), representam a capela e o seu largo (a fotografia foi tirada voltada para noroeste), bem como um trecho da futura rua 19 (voltada a nascente), sendo visível a construção de alguns dos seus edifícios característicos¹⁸. Ao fundo, a nascente da linha, um edifício, que o Padre André de Lima diz ser a “Botica do Senisga”, a primeira farmácia de

¹⁵ De acordo com Fausto Neves (NEVES, 1982), seria originalmente uma residência de *brasileiro de torna-viagem*.

¹⁶ Documento transcrito em anexo em CASTRO, 2005.

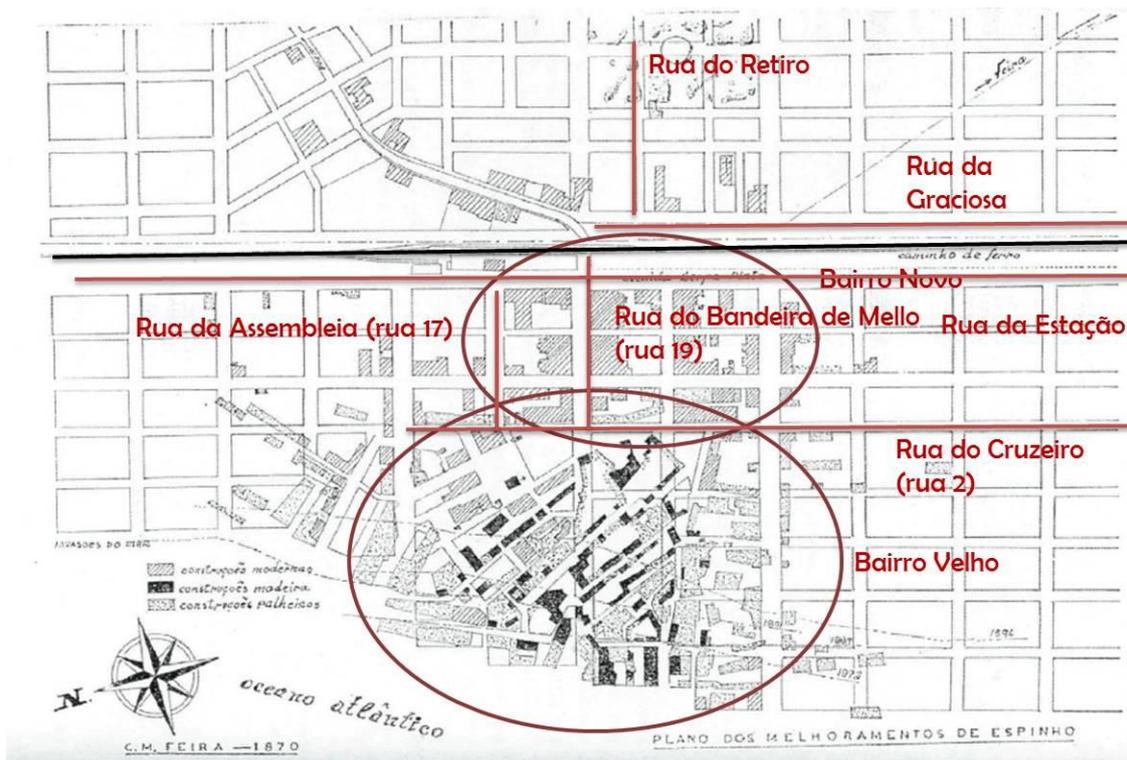
¹⁷ Publicadas na Tese de Doutoramento de Regina Anacleto (ANACLETO, 1997).

¹⁸ Que desapareceriam com as transformações do local a partir dos anos 30.

Espinho, limita o traçado da rua, tal como se observa na planta, continuando aquela pelo aludido caminho, rumo a Anta.



3 - Vista da rua Bandeira de Mello (19) anterior a 1873. Fonte: ANACLETO, 1997.



4 - Cópia da Planta de 1870 com algumas características assinaladas. Fonte do original: CASTRO, 2005.

De acordo com a relação toponímica, o caminho seria designado por Rua do Retiro, vindo a dar origem à atual rua 21 a nascente da linha. A “Rua Bandeira de Mello” (ou Bandeira Coelho), atual rua 19, existia unicamente a poente da linha. A localização das ruas é, na quase totalidade dos casos, baseada nas propriedades que com

elas confrontam, sendo a sua identificação permitida unicamente através da consulta de plantas ou relações toponímicas posteriores (Imagem 4). Contudo, e especialmente no “bairro velho”, é notória a alusão às atividades instaladas nas suas proximidades, tais como “banheiros”, “banhos”, “pescadores”, ou “pescado”, ou a elementos paisagísticos, tais como a “rua do cruzeiro” (rua 2/esplanada), “rua do mar”, “do poço” ou “do miradouro”. No “bairro novo”, a “Rua da Estação”, que nos parece designar a ser a futura “Avenida de Serpa Pinto” (atual avenida 8), indica claramente a localização deste equipamento, bem como a da “Assembleia” (que poderá ser a futura “Rua da Estação” e atual rua 17), ou a “Rua da fonte”. Neste bairro encontramos igualmente uma rua que assinala a residência de um importante membro da colónia balnear, o Conde da Graciosa, com aquela que viria a ser a atual rua 8.

Nas fotografias é notória a ausência dos aludidos “palheiros” ou barracas dos pescadores que, tal como refere Ramalho, se acham «mascaradas para o lado da estrada pelas edificações modernas»¹⁹. O “pitoresco oriental” que o autor aprecia não parece ter agradado ao olhar do fotógrafo, mais preocupado em documentar o progresso da praia. A gravura (Imagem 5) resultante do desenho de Emílio Pimentel, que acompanha a edição original das *Praias*, e que é erroneamente referida em muitos estudos como sendo uma representação de 1870, deverá tratar-se de uma recriação realizada *a posteriori*, não correspondendo a nenhuma vista concreta. Hipoteticamente situável na atual avenida 8, de norte para sul, nela vemos palheiros em primeiro plano, a vegetação dos areais, parte dos telhados do Hotel Bragança, com as suas quatro claraboias, e as traseiras de alguns edifícios, presumivelmente da atual rua 19, mas é notória a ausência do edifício da Assembleia, que já se encontrava construído.



5 - Gravura resultante do desenho de Emílio Pimentel. Fonte: ORTIGÃO, 1876.

¹⁹ ORITGÃO, 1876: 89.

Uma fotografia datada de 1885 mostra-nos o Largo de Nossa Senhora da Ajuda, a referida Praça Velha, já com o novo templo e novos edifícios. Este largo constituiria o centro geográfico da povoação, articulando os dois “bairros”, permitindo ao banhista, que passeava na “bairro novo” e fazia compras na “Rua do Cruzeiro”, aceder à praia, por entre os tortuosos caminhos do “bairro velho”. As duas comunidades de Espinho encontravam eco na dualidade da malha urbana, nas características da sua arquitetura e até em alguns dos seus equipamentos. As invasões do mar, que se documentam a partir de 1869, traduzindo-se num crescente avanço das águas rumo a nascente, ditariam o fim desta dualidade, destruindo progressivamente o “bairro velho”, a partir dos anos 80, até ao lado poente da Rua do Cruzeiro²⁰.



6 - Cópia da planta de 1900. Fonte: AME.

No último quartel do século XIX, Espinho conhece as suas transformações mais significativas. Comparando a planta de 1870, tendo inclusivamente em conta eventuais alterações à mesma, com a planta de 1900 (Imagem 6), elaborada pelo Engenheiro Bandeira Neiva, as diferenças são notórias. Contemplando agora os limites do novel concelho (*grosso modo* os da atual freguesia de Espinho), criado em 1899, e parte das zonas envolventes, a planta documenta a consolidação da zona poente numa malha regular, a expansão do aglomerado para nascente, vencido o limite da via-férrea, e o

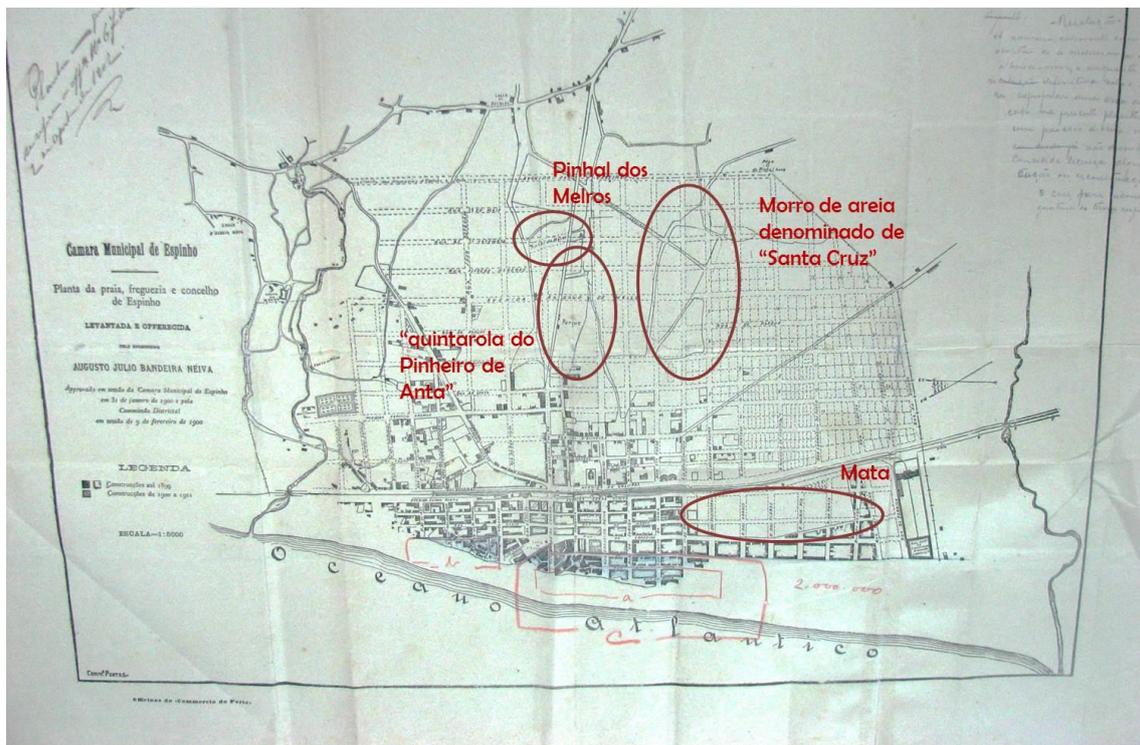
²⁰ Os avanços seriam travados por volta de 1910, com algum sucesso, por ação de diversas obras de defesa. O assunto é abordado pelos diversos estudos presentes na bibliografia.

prolongamento para nascente de diversas ruas como as atuais 19, 21 ou 23. Para lá deste primeiro impacto, e da menor dimensão do “bairro velho”, percebemos igualmente outras transformações. Assim, a “Rua da Estação” (rua 17) liga o “Largo de Nossa Senhora da Ajuda” à estação, a “Rua Bandeira Coelho” e “Bandeira Neiva” (19 e 23) encontram-se abertas até ao mar, permitindo o acesso direto à praia.

Seria de esperar que o desenvolvimento do aglomerado para nascente, em terreno virtualmente desimpedido, se fizesse estritamente ancorado na planta, a realidade foi, porém, um pouco diferente. É necessário perceber que nos trinta anos que separam as duas plantas, Espinho não parou de se desenvolver. Conheceu autonomia paroquial e concelhia, vendo definida a sua área geográfica, perdeu grande parte do seu núcleo primitivo, o que acarretou o realojamento da população e a reconstrução, em novos locais, de habitações e equipamentos desaparecidos, e viu consolidado o rumo do seu desenvolvimento socioeconómico. Este último aspeto, que transforma progressivamente a praia em vila, atuando em relação de causa-efeito com os anteriores, é sustentando, em grande medida, pelo desenvolvimento industrial, inicialmente com a Fábrica de Conservas de Brandão, Gomes & Ca. Estas alterações traduzem-se numa progressiva unificação do território, com o desaparecimento do “bairro velho”, a perda de influência dos banhistas e a sua “substituição” pela burguesia comercial e industrial. O centro administrativo, religioso e social, abandona o Largo de Nossa Senhora da Ajuda e divide-se em dois polos principais, a nascente. O mar, que era um cenário mascarado por habitações, local de trabalho e terapia, é agora um limite, impiedoso a princípio, local de deleite e lazer, num segundo momento. A via-férrea, que limitava, agora apenas divide, pensando-se até a sua deslocação para nascente, em faixa ainda identificável a poente da atual avenida 24.

As diferenças entre as duas plantas vão além da configuração da malha urbana ou da sua extensão. A planta de 1870 fora criada para regularizar as novas edificações da praia de Espinho, suprimindo as necessidades da emergente praia de banhos oitocentista, com um importante núcleo irregular e prevendo uma expansão concentrada, numa primeira fase, a poente da via-férrea. A planta de 1900 foi criada para permitir a edificação na totalidade do concelho, de freguesia única, prevendo a localização de diversos equipamentos, tais como os paços do concelho, a nova igreja, a feira, o mercado, o hospital ou o parque, a maioria dos quais não eram considerados na planta anterior. No entanto, tal como a planta de 1870, também a nova planta teria que contar com as pré-existências. Se o núcleo primitivo se reduzia agora a uma parcela em

torno da Praça Velha, existia já um importante conjunto de quarteirões consolidados a poente da linha, bem como um número crescente de edificações a nascente, alinhadas por quarteirões que nem sempre respeitavam a configuração da planta anterior. A planta de 1870 é, deste modo, uma importante pré-existência, embora com alterações, que a planta de 1900 terá que incluir, mas não será a única. As novas estradas, sobretudo a que percorria o leito da atual rua 62 e a estrada para a Feira já se encontravam abertas. A rua 62, que remontava a um antigo caminho, constitui uma perturbação no traçado da quadrícula, refletindo-se na organização dos quarteirões (alterados em relação à planta de 1900) e, sobretudo, no alinhamento das propriedades. Mais do que uma expansão ou atualização da planta de 1870, a planta de 1900 deve ser encarada como um novo instrumento de planeamento, o que é reforçado pela não concessão de alinhamentos a alguns pedidos de vedação e construção, no período de 1900, até que a nova planta se encontrasse elaborada.



7 - Algumas das pré-existências assinaladas na Planta de 1900. Fonte do original: AME.

A partir destes dados percebemos que a planta está longe de ser uma imaculada quadrícula, como ilusoriamente se afigura num primeiro olhar. Atentemos nas características dos terrenos e na atitude do projetista (Imagem 7). De acordo com os requerimentos para vedação e construção, a maioria dos terrenos era designado por “parcelas de areal”, sendo classificados como improdutivos, o que os tornava propícios para a construção e especulação imobiliária. Existiam, porém, terrenos lavrados,

sobretudo em direção a nascente. O Padre Lima refere a existência de uma “quintarola do Pinheiro de Anta”, em cujos terrenos vieram a existir o Parque e a Feira²¹. De acordo com a escritura de aquisição de uma segunda parcela de terrenos, em 1909, a casa da quinta estaria em ruínas. Ambos os equipamentos transitavam dos finais do século XIX, sendo integrados na nova planta. Não conseguimos precisar o que motivou a escolha dos locais²², podendo ser levantada a hipótese da natureza dos terrenos ter originado a sua aquisição para parque. Tal como se comprova pela documentação fotográfica (Imagem 8), existiriam locais povoados por vegetação, como o *Pinhal dos Melros* (localizado sobre o leito da atual rua 28, sensivelmente entre as ruas 15 e 23), ou a *Mata*, a poente da linha e a sul da rua 29, sendo esta constituída por um pinhal mandado semear pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, progressivamente ocupado por edificações, sobrevivendo a memória na designação do local²³, bem como algumas elevações como o “célebre morro de areia denominado de Santa Cruz”²⁴, referido pelo Padre Lima, e que teria sido arrasado pela Companhia Portuguesa aquando da preparação da mudança da linha. Paralelamente à diversidade da natureza dos terrenos, existia também a aludida rede de caminhos que serviam a costa e que constituía ainda o principal eixo de ligação entre esta e o interior.



8 - Fotografia anterior a 1935 vendo-se o Parque, Campo da Feira e Pinhal dos Melros. Fonte: BME.

A planta de 1900 não parece, contudo, fazer aceção de terrenos ou caminhos prévios, impondo a quadrícula sobre esta pré-existência. Poderíamos depreender que, à exceção da rua 62, os caminhos irregulares seriam erradicados mas tal não sucedeu totalmente, como se poderá comprovar pela comparação da planta com uma vista aérea

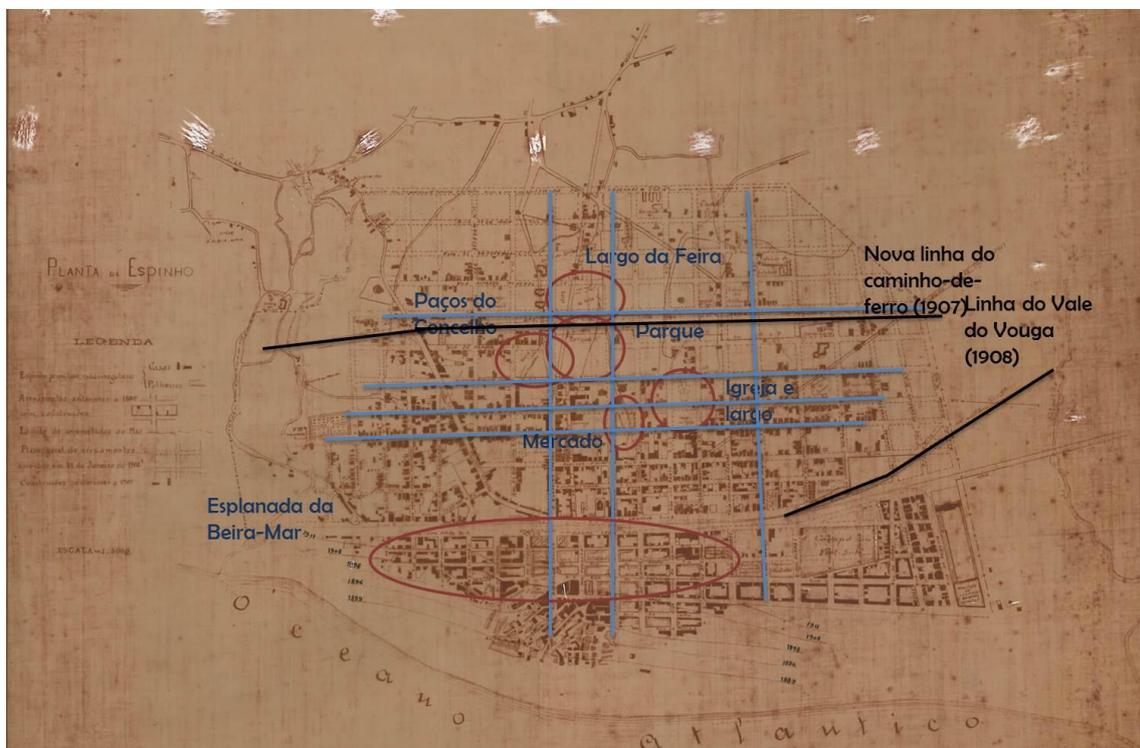
²¹ Cf. LIMA, 1979b: 28. O que a documentação consultada por Carla Marina Castro parece confirmar. Sobre a construção do parque e arborização das ruas veja-se CASTRO, 2005: 98-103.

²² A Feira funcionou inicialmente numa das parcelas do atual Parque, tendo sido transferida para nascente, de acordo com a Planta de 1900, embora a localização e extensão dos equipamentos ao longo do tempo pareça ainda envolta em dúvidas. Cf. CASTRO, 2005: 107.

²³ Cf. DIAS, 1981: 271-272.

²⁴ LIMA, 1979b: 28. Poderá tratar-se da delimitação que, por entre caminhos, ocupa alguns quarteirões sensivelmente entre as ruas 29 e 31 e as ruas 20 e 30.

atual. A explicação mais plausível prender-se-á com os ritmos de edificação. Assim, de acordo com a planta, a densidade das edificações era considerável unicamente até à atual rua 16, numa faixa compreendida entre as atuais ruas 7 e 31. A densidade de habitações aumentava para nascente ao longo da rua 62 e na proximidade de alguns caminhos. De acordo com a legenda, a cópia conhecida da planta regista todavia o estado da edificação ou vedação de terrenos em 1901²⁵ e, em diversas zonas de ocupação mais antiga, é apenas traçada uma delimitação nos extremos do quarteirão, não representando a sua configuração anterior. Carecemos ainda de meios que nos permitam caracterizar a localização das habitações e natureza da propriedade de forma mais pormenorizada, mas podemos traçar caminhos para futuro aprofundamento.



9 - Cópia da planta de 1933 com algumas localizações assinaladas. Fonte do original: AME.

Deste modo, uma outra planta, de 1933 (Imagem 9), que parece sintetizar as plantas de 1870 e 1900, baseando-se nesta e completando a faixa costeira levada pelo mar, permite-nos observar a expansão das edificações, que ocupavam, *grosso modo*, os terrenos de norte a sul até à rua 20 e, daí para nascente, concentravam-se nas proximidades da rua 62, do prolongamento da rua 19, de alguns dos antigos caminhos e de equipamentos como a nova igreja matriz, o parque e a feira, ou algumas indústrias. De acordo com os pedidos de licença para edificação, percebemos que estes se

²⁵ O que se comprova pela análise dos pedidos de licença para vedação ou edificação.

encontravam condicionados apenas pelo alinhamento e cota de nível ditados pela planta de 1900 e não pelo ritmo de abertura das ruas, o que permitiu aos proprietários edificar em zonas onde a circulação teria que ser feita pelos antigos caminhos ou pelo interior dos futuros quarteirões²⁶, o que se comprova pela observação de algumas vistas gerais datadas de 1900. A situação alterar-se-ia, progressivamente com a abertura de novas ruas e a vedação das propriedades, o que obrigava à circulação pelas novas ruas, independentemente da sua abertura, sendo os caminhos incorporados no interior dos quarteirões.

Com as novas ruas projetadas vinham, por sua vez, novos nomes. A toponímia que a planta de 1900 apresenta, permite tirar algumas conclusões. Na área “herdada” da planta de 1870, tanto quanto conseguimos apurar, as alterações são reduzidas, surgindo a “avenida de Serpa Pinto” (atual avenida 8), que nos parece ter substituído a “rua da estação”, que passa a designar a atual rua 17, ou a “rua Bandeira Neiva” (atual rua 23), em homenagem ao autor da nova planta. É igualmente notório que algumas das designações das antigas ruelas, como “rua da praia” ou “dos pescadores” (que viriam a desaparecer com a construção do Estádio e com as invasões do mar), transitam para os novos arruamentos da zona sul, para onde a comunidade piscatória era progressivamente “empurrada”, levando nomes diferenciados no lado nascente da linha. A maioria da toponímia homenageia figuras, acontecimentos, ideais ou instituições, com importância local ou nacional, com exceção da “avenida do Teatro” (atual rua 16), a “rua da Fábrica” (atual rua 41 a poente da linha), assinalando a localização do Teatro Aliança e da Fábrica de Conservas, a “rua da fonte nova” (atual rua 66), ou a “rua do parque” (atual rua 22), que o atravessava. A “avenida das vareiras” (parte poente da atual avenida 32), recorda o nome do caminho que a atravessava. Outras ruas, como a “do passeio alegre” (atual rua 62) ou “da boa vista” (atual rua 15), poderão estar relacionadas com aspetos paisagísticos, dada a sua proximidade com um dos *ex-libris* do bucolismo espinhense, a Fonte do Mocho²⁷, contudo, tal permanece por esclarecer.

²⁶ Devido às condições do Arquivo, não nos foi ainda possível reconstituir, com exatidão, o ritmo de abertura de ruas. Contudo, através dos pedidos de licença, percebemos que, ao longo das três primeiras décadas do século, foram realizadas diversas construções na margem de “ruas em projeto”, tendo sido encontradas várias referências a caminhos, embora a sua localização não possa ainda ser determinada com precisão.

²⁷ Os passeios à Fonte do Mocho constituíam uma prática corrente dos banhistas desde o século XIX. A fonte servia igualmente os habitantes das proximidades, que nela se abasteciam, bem como das lavadeiras, que utilizavam o Rio do Mocho, colorindo pitorescamente os passeios dos banhistas.

A mudança para a famosa numeração ocorreria somente em 1911²⁸, permanecendo as anteriores designações na memória dos espinhenses, inclusivamente na documentação camarária. O critério utilizado na numeração, ruas pares paralelas ao mar, ficando ímpares as perpendiculares, reflete as transformações ocorridas nesses onze anos. Assim, a primeira rua paralela ao mar (rua 2) era a antiga “rua do cruzeiro” que, como vimos, separava os dois “bairros”, e que viria a ser a futura esplanada da beira-mar. Do mesmo modo, o critério poderá induzir em erro, ao considerarmos que poderia ter sido o mar a ditar o alinhamento da quadrícula, quando deverá ter sido a via-férrea ou um dos arruamentos primitivos, dado que a linha da costa aparece bastante irregular na cartografia. A numeração das ruas codifica assim uma realidade bastante diferente da que originara a planta de 1900, contribuindo para reforçar o seu caráter racional e abstrato, impondo-se sobre o elemento natural. A numeração permite uma relação de grande proximidade com a malha urbana, funcionando virtualmente como um sistema de localização, transportando a paisagem, ainda que inconscientemente, para os movimentos hodiernos do transeunte. Assim, bastará conhecer o princípio de numeração das ruas para que nos localizemos em relação a determinado ponto, seja este um edifício ou o mar, contudo, estas propriedades não foram pensadas com a planta de 1900. Também as características atuais de muitas das ruas ímpares, que parecem apresentar o mar emoldurado por entre os quarteirões, tal como se pode observar na rua 19, foram apenas alcançadas com o desaparecimento do “bairro velho”, até 1910.

Ensaçada a desconstrução da paisagem do ponto de vista da sua evolução até às primeiras décadas do século XX, aprofundaremos este estudo diacrónico através de uma análise comparativa de alguns aspetos da paisagem construída, tendo por base a malha urbana atual, as plantas e alguma documentação fotográfica. Como referimos, a planta de 1900 indicava o local de construção de alguns dos futuros equipamentos, tendo condicionado a localização da maioria deles, tais como o Parque, os Paços do Concelho, o mercado ou a igreja e respetivo largo²⁹. Ficava definida uma nova zona “nobre” constituída por uma faixa de terreno que incluía a administração concelhia, o parque da vila e a feira e que se articulava com a igreja matriz e o mercado diário³⁰. Com o arranque da desejada deslocação da via-férrea para uma faixa de terreno paralela ao lado

²⁸ Relacionada não só com o novo regime republicano, mas também com a necessidade de uma numeração consistente das habitações, motivada pela ausência dos chamados números de polícia.

²⁹ Sofreram alterações a localização do Hospital e a da Feira, embora tenha chegado a funcionar no terreno a ela destinado, o duplo quarteirão ocupado pelo Tribunal, durante as primeiras décadas do século.

³⁰ No quarteirão definido pelas ruas 16, 18, 23 e 25.

poente da Avenida 24, completar-se-ia a progressiva migração para nascente do centro da vila e dos seus principais acessos. Embora referida desde os finais do século anterior, os trabalhos de migração da linha seriam apenas iniciados em 1907, pelo que ainda não é possível esclarecer até que ponto estariam concertados com a planta de 1900. Do mesmo modo, também a Linha do Vale do Vouga, inaugurada em 1908, irá trazer alterações à zona sul da vila, a nascente da via-férrea da Linha do Norte³¹. As progressivas alterações acarretariam hierarquizações das ruas, não só na envolvente da zona “nobre”, como a rua 20 ou a avenida 24, mas também de ruas como a 19 ou a 23, que se tornariam artérias comerciais permitindo a ligação da praia com a restante vila, bem como da rua 33, que se tornaria uma importante via de ligação na zona sul. Outros reflexos são ainda visíveis nos quarteirões vazios nas proximidades da estação da Linha do Vale do Vouga, pertença da respetiva empresa ou na faixa de terreno a poente da avenida 24 destinado a leito da linha, e que ainda agora constituem uma interrupção da malha urbana, em locais como a designada “travessa da rua 62”.

A praia, que via a sua vocação de espaço de lazer desenvolver-se em proporção inversa às suas funções exclusivamente terapêuticas, tornava-se uma nova “zona” da vila, através da construção da primeira esplanada em 1926³², coincidindo com um período de estabilização do terreno engolido pelo mar, graças à ação das obras de defesa da costa. O espaço da praia, a poente do “bairro velho”, não aparentava ter merecido qualquer arranjo especial até à terceira década do século, altura em que consolida a sua vocação de espaço de passeio e contemplação da paisagem, incrementada pela construção da Piscina-Solário Atlântico entre 1939 e 1944³³. A esplanada e a progressiva modernização da praia vão, por sua vez, alterar as funções e hierarquização das ruas. Assim, a rua 19, o *chiado*, principal zona de passeio oitocentista, vai ombreando com a avenida 8, estimulada pela renovação do edificado³⁴, formando o *picadeiro*, e articulando-se com a esplanada, ao longo da primeira metade do novo século. O espaço definido pela avenida 8 e rua 19, deixam de ser a entrada para a vila, que designamos por *zona de receção*, para constituírem a entrada para a praia, ficando a

³¹ Sobre este assunto veja-se CASTRO, 2005.

³² GAIO, 1999: 701.

³³ A Piscina é da autoria dos arquitetos Eduardo Martins e Manuel Passos e foi criada como uma sinédoque da praia, permitindo das águas marinhas, sem os inconvenientes das correntes. A estrutura murária do lado poente tem a altura necessária para resguardar a piscina do exterior, permitindo, contudo, o “emoldurar” da paisagem, contemplável pelos seus utilizadores.

³⁴ Com a construção do conjunto do Hotel Palácio, Casino e Cineteatro, entre as décadas de 30 e 50. O conjunto é da autoria do arquiteto Carlos Ramos.

rua 19, em toda a sua extensão, com a função de articular a zona da praia e a zona central, a nascente, ligando dois espaços de paisagem “natural”, o *parque* e a *praia*.

Contudo, não estão documentados quaisquer critérios paisagísticos na definição das zonas ou da sua articulação, que, como vimos, foi progressiva e não estava inteiramente definida na planta de 1900. A criação do parque, tal como a arborização das principais ruas, deverá estar mais relacionada, além das suas funções de embelezamento e espaços de lazer, com critérios higienistas, que dominavam as condições de edificação³⁵.

Através da documentação fotográfica, é possível perceber o impacto do arvoredo ao longo da atual rua 19, alterando sobremaneira a relação do transeunte com a luz e com a arquitetura. O mesmo se poderia dizer da atual avenida 8, junto à via-férrea, criando uma barreira visual entre esta e os transeuntes. Ambas as ruas constituíam os principais espaços de lazer da povoação balnear, sendo designadas por *chiado* ou, numa fase posterior, *picadeiro*.

A análise comparada das plantas de 1900 e de 1933 permite perceber o ritmo de expansão do edificado para sul, beneficiando das vias-férreas, e para nascente, que em 1933 chegava à rua 20. Com este ritmo ascendente, concorria a edificação em torno de dois focos geradores específicos, a antiga estrada para os Carvalhos (rua 62) e a zona de confluência dos caminhos para Anta, compreendida entre as avenidas 24 e 32. Através dos pedidos de edificação e vedação, percebemos que estas eram permitidas em zonas em que as ruas não se encontravam ainda abertas, sendo unicamente necessário que respeitassem escrupulosamente os alinhamentos e cotas de níveis ditados pela planta. Assim, os antigos caminhos continuariam a ser utilizados, permitindo o acesso às habitações, acabando por marcar a configuração dos lotes no interior dos quarteirões³⁶, o que se reflete no alinhamento de alguns edifícios.

Por outro lado, a construção de alguns edifícios em zonas pouco urbanizadas poderá ter influenciado as características do edificado, tais como as “Vivendas

³⁵ Como tivemos oportunidade de comprovar através da análise das licenças, regulamentos e códigos de posturas. O assunto é afluado por Carla Marina Castro.

³⁶ Com a progressiva definição dos terrenos no interior dos quarteirões, os arruamentos em projeto iriam ficando delimitados e a circulação pelos caminhos condicionada. Uma alusão clara ao progressivo abandono dos caminhos está presente num requerimento apresentando à Câmara Municipal de Espinho em 11 de Setembro de 1923, no qual José Marques Carvalhas e Henrique da Costa Pinto Basto, proprietários, solicitam que a edilidade feche «um antigo caminho denominado ‘das vareiras’», que atravessa o seu terreno e que, «já há muito abandonado e inutilizado, aberto, causando-lhes grande damno pela entrada alio de gado» (AME – *Processos de obras particulares*, 1923, doc. 40).

Constante e Pereira³⁷ (Imagem 10). Os edifícios possuem diversos dispositivos que privilegiam o contacto do interior da casa com o exterior e, conseqüentemente, com a paisagem, tais como alpendres e varandas ou uma diferente relação da casa com o logradouro, mais extenso e exposto aos olhares da rua e já não apenas nas traseiras da habitação.



10 - As "Vivendas Constante e Pereira", vendo-se, em primeiro plano, a nova via-férrea. Fonte: GAIO, 1999.

A malha urbana atual não deixa, naturalmente, de apresentar reflexos das condições de desenvolvimento do aglomerado, pelo que um estudo diacrónico aprofundado e documentado se impõe. Contudo, no caso de Espinho, a “quadrícula” consegue mascarar as evidências das transformações, sendo especialmente necessário compreender os processos para sustentar uma análise mais rigorosa e menos suscetível a anacronismos.



11 - Vista aérea parcial (2003) com algumas marcas dos antigos caminhos. Fonte do original: Google Earth.

³⁷ Datáveis de 1912, por cruzamento de dados de arquivo, visto que o processo original desapareceu. Eram propriedade de Manoel Rodrigues Pereira e de Augusto Constante, «capitalistas». Cf. AME – *Processos de obras particulares*, 1913, Doc. 143.

A partir dos exemplos referidos ao longo deste estudo, podemos ensaiar algumas leituras. Assim, na Imagem 11, são visíveis as marcas dos antigos caminhos na configuração do edificado (assinalados pelos traços) ou na localização (assinalada pelas ovas), no interior dos quarteirões, de algumas casas, implantadas originalmente na margem dos caminhos. Os vestígios da antiga Estrada para a Vila da Feira, embora “engolida” pela quadrícula, estão bem patentes no edifício mandado construir, em 1929, por Maria Pinto Godinho³⁸ na rua 22 (Imagem 12).



12 - Casa mandada construir por Maria Pinto Godinho na rua 22.

A rua 62, antiga Estrada para os Carvalhos, perturba igualmente a “quadrícula”. Assim, encontramos uma diversificada configuração dos lotes e do edificado que a marginam, afetando a totalidade dos quarteirões, apresentando diversos alinhamentos, quer pela rua 62, quer pelas suas transversais, prolongando-se, por vezes, ao longo de diversos quarteirões. Tal facto é relacionável não só com a edificação bastante precoce na área, segundo uma lógica de construção à margem da estrada, mas também com a existência de diversos caminhos que a atravessam. Por outro lado, o seu desenho em diagonal, com uma ligeira curva, origina alguma dificuldade na definição das suas transversais (ruas 64 e 66), condicionadas igualmente por pré-existências. A configuração do edificado no interior do quarteirão definido pelas ruas 19 (a sul), 15 (a norte), 14 (a nascente) e 62, é particularmente idiossincrática, apresentando uma viela de serviço, que permite a ligação aos lotes profundos compreendidos entre as ruas 15 e 19.

³⁸ Cf. AME – *Processos de obras particulares*, 1929, doc. 4.

No interior do quarteirão definido pelas ruas 14, 16, 21 e 23, encontramos marcas da edificação anterior à planta de 1900³⁹, através da presença de algumas habitações formando uma pequena ilha no interior do logradouro de uma habitação construída à margem da rua 14. Além da ligação à rua 14, por meio do portão de acesso ao logradouro, a ilha teria ainda comunicação com a rua 16, através da entrada lateral para o logradouro da habitação que António Bernardes Alves mandou construir em 1929⁴⁰ (Imagens 13 e 14).



13 - Casa na rua 14 com o portão de acesso à ilha, ou pátio.



14 - Um aspeto da ilha, ou pátio, no interior do quarteirão.

³⁹ Este edificado não está documentado em arquivo, encontrando-se apenas na referida planta, sendo anterior a 1901.

⁴⁰ Cf. AME – *Processos de obras particulares*, 1929, doc. 15. A habitação foi demolida em 2013.

O desvio da via-férrea, embora nunca concretizado, deixou marcas numa faixa de terreno a poente da avenida 24, acabando por receber a designação de “Travessa da Rua 62”, a norte desta (Imagem 15). Junto à travessa, e prolongando-se para nascente, para lá dos limites da freguesia, são ainda visíveis partes dos caminhos que conduziam à Fonte do Mocho (Imagens 16 e 17). Ao contrário do que aconteceu com outros caminhos, cujos vestígios são apenas perceptíveis no interior dos quarteirões, estes caminhos são ainda utilizáveis. Esta permanência poderá ser explicável pelo tardio prolongamento das ruas para norte, o que implicava a sua presumível utilização ainda na segunda metade do século XX⁴¹.



15 - Atual Travessa da Rua 62.



16 - Parte de um caminho, junto à rua 26.

Embora tratando-se ainda de um primeiro olhar, que pretende ensaiar metodologias e desbravar caminhos para uma investigação futura, mais globalizante, podemos retirar algumas conclusões. Analisar Espinho como uma paisagem construída,

⁴¹ Não encontramos, até ao momento, quaisquer evidências documentais da sua utilização além da sua presença na planta de 1933.

colocando-nos no papel do observador coevo, despertou a nossa atenção para aspetos que, até agora, se encontravam ausentes nas investigações ou leituras que conhecemos. Contudo, somente através do cruzamento de diversas fontes e da sua contextualização aprofundada poderemos intentar conhecer ou aproximarmo-nos das intenções do projetista coevo e, conseqüentemente, da prospetividade das suas ações. Foi assim, através de uma análise diacrónica, que procurámos “desconstruir” a paisagem, procurando apreender os processos e condicionantes, com o intuito de lançarmos bases para o passado de Espinho, mais ou menos recente, deixe de ser encarado de forma redutora.



17 - Continuação do caminho da imagem anterior, junto à Travessa da Rua 62.

A pré-existência condiciona sempre o desenvolvimento de um aglomerado, e começamos a perceber que, em Espinho, o comportamento dos projetistas das diversas plantas foi diferente sendo também diferente, por sua vez, o alcance ou concretização das soluções propostas. A “quadrícula” mitiga a nossa percepção, transmitindo a ideia de uma evolução linear e “acrónica”, reforçando a unidade, apenas aparente, da malha urbana e a “ausência de passado” da cidade. As características da planta mascaram ainda a autofagia urbana, cuja extensão é unicamente perceptível através de uma análise exaustiva da edificação ao longo do tempo.

Espinho conheceu algumas utopias, como uma “Perspectiva da Avenida N.º 19”, não datada, da autoria do arquiteto José Ferreira Peneda (Imagem 18). Se projetos como este tivessem sido executados, Espinho perderia uma grande parte da sua identidade, que não reside somente na planta e ruas numeradas, mas também, e sobretudo, na elevação em alçado dos seus alinhamentos, que são o veículo para a nossa interação com a paisagem construída. Embora sem estas utopias, Espinho encontra-se em progressiva descaracterização, graças à construção de blocos de habitações plurifamiliares que não

têm em conta os critérios de escala do edificado que nortearam, originalmente, o desenho da malha urbana. Iludidas pela preservação cenográfica da fachada original, estas alterações povoam espaços importantes como a rua 19, levando consigo vestígios do desenvolvimento de Espinho que, tendo em conta a sua peculiar história urbana, são importantes documentos da História Local. Nos últimos anos, um fenómeno ainda mais grave tem sido a criação de “fachadas *pastiche*”, mimetizando a solução anterior, partindo todavia da demolição integral da pré-existência, e da construção de uma fachada “à antiga”, na pior tradição do falso histórico, não respeitando quaisquer aspetos do edifício primitivo. Paralelamente, a especulação imobiliária detém-se perante a súbita falta de fundos e povoa o aglomerado com permanentes estaleiros, congelados no tempo.



18 - "Perspectiva da Avenida n.º 19 em Espinho", de José Ferreira Peneda (sem data). Fonte: AME.

Sem investigação de fundo que permita conhecer as peculiaridades do aglomerado e do seu desenvolvimento, contextualizando-as, enquadrando-as e valorizando-as, de modo a informar os instrumentos de gestão do espaço urbano, tais como os Planos Diretores Municipais, ou os Planos de Pormenor, Espinho, tal como se desenvolveu ao longo de quase século e meio, encontra-se em risco de desaparecer. É necessário investigar, conhecer, compreender e divulgar, integrando a comunidade em ações de valorização do património edificado, ensaiando novos modelos de gestão, adaptados à realidade local, necessariamente diferente da de outras cidades. Só conhecendo o passado, compreendendo motivações e concretizações anteriores, poderemos informar o presente e assegurar uma cabal prospetividade nas ações do projetista atual.

Bibliografia

AMORIM, P. Aires de (1989) – *Achegas para o estudo da História Local*. Esmoriz: Edição da Comissão de Melhoramentos.

AMORIM, P. Aires de (1999) – *Da Arte da Xávega de Espinho a Ovar*. Ovar: CMO.

ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira(1997) – *Arquitectura neomedieval portuguesa: 1780-1924*. Lisboa: FCG, 2 vols.

BRANDÃO, Francisco de Azevedo (1983) – *O Culto de Nossa Senhora da Ajuda em Espinho*. «Espinho Boletim Cultural», Volume V, n.17, p. 1-30.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO (1912) – *Posturas Municipais e Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas do Concelho de Espinho*. Porto: Costa & Carvalho.

CASTRO, Carla Marina Gonçalves (2005) - *Morfologia Urbana Espinhense (1863-1913)*. Poto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

DIAS, Benjamin da Costa (1981) – *Narrativas e Documentos*. «Espinho Boletim Cultural». Volume III, n. 11/12, p. 219-347.

GAIO, Carlos Morais (1999) – *A Génese de Espinho. Histórias e Postais*. Porto: Campos das Letras.

JÚNIOR, Albano Coutinho (1983) – *Espinho em 1869*. «Espinho Boletim Cultural», Volume V, n.17, p. 81-84.

LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho (1874) - *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chrorographico, Heraldico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

LIMA, P. André de (1979) – *Espinho, breves apontamentos para a sua história (versão de 1927)*. «Espinho Boletim Cultural», Volume I, n. 4, p. 9-35.

LIMA, P. André de (1979) – *Espinho, breves apontamentos para a sua história (versão de 1927)*. «Espinho Boletim Cultural», Volume I, n. 3, p. 9-38.

LIMA, P. André de (1979) – *Espinho, breves apontamentos para a sua história (versão de 1903)*. «Espinho Boletim Cultural», Volume I, n. 1, p. 11-44.

LOPES, António Teixeira (1998) – *O Nascimento de um Aglomerado Urbano: Espinho no Limiar do Século XX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

MACHADO, Júlio Cesar; CHAGAS, Pinheiro [1877] – *Fora da Terra*. Porto: Livraria Internacional.

NEVES, Fausto (1982) – *Espinho há 50 anos*. «Espinho Boletim Cultural», Volume IV, n. 13, p. 7-29.

ORTIGÃO, Ramalho (1876) – *As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*. Porto: Livraria Universal.

PEREIRA, Álvaro (1970) – *Espinho. Monografia*. Espinho: Edição do Autor.

RIBEIRO, Armando Manuel Barge Bouçon (2001) – *Sociabilidades e Marginalidades em Espinho: práticas sociais, culturais e associativas (1889-1915)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

Documentação proveniente do Arquivo Municipal de Espinho (AME)

AME – *Arruamentos*, Perspectiva da Avenida N. 19 em Espinho.

AME – *Cópia da planta de 1900*.

AME – *Cópia da planta de 1933* [digitalização].

AME – *Processos de obras particulares*, 1899-1943.

Documentação proveniente da Biblioteca Municipal de Espinho (BME)

Base digital de postais.

Base digital de fotografias.